



Anais da Assembléia

Nº 214

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 13 DE JANEIRO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT - 12: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Sâmis da Silva - Valdir Rossoni - Walmor Trentini;
PMDB - 09: Cleiton Kielse - José Durval Amaral - José Tavares - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Toti Colaço; **PSDB - 09:** Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; **PFL - 06:** Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Remy Borsato; **PPB - 06:** Augustinho Zucchi - César Seleme - Dullio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; **PTB - 06:** Ademair Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; **PT - 05:** Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; **PL - 01:** Horácio Rodrigues.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA
DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO
REALIZADA EM 13 DE JANEIRO DE 1997
(SEGUNDA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Tetchy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zannusso, Beto Richa, Caíto Quintana, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidetazu Takayama, Horácio Rodrigues, Ironi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (46). Achar-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Carlos Simões, Irineu Colombo, Marquinhos Alves, Nereu Moura, Péricles Mello e Sérgio Spada (08).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 001/97

Curitiba, 09 de janeiro de 1997.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislati-

va, o incluso anteprojeto de lei que objetiva transferir da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral para a Secretaria de Estado da Fazenda, as atividades pertinentes à elaboração e acompanhamento da execução da Lei de Diretrizes e dos Orçamentos Anuais.

A medida ora submetida à análise e apreciação dessa Casa, consulta aos superiores interesses da Administração e consubstancia o resultado de estudos e observações feitas ao longo dos trabalhos de elaboração e execução dos Orçamentos do Estado, de atos liberatórios de recursos, de suplementações e aberturas de créditos, cujas conclusões revelam a necessidade de que tais atos, para que sejam plenamente realísticos e rapidamente exequíveis, não fiquem dissociados do comportamento da receita pública, atividades estas da esfera da Secretaria de Estado da Fazenda. Assim, a medida fundamenta-se, em tese, na conveniência de que atos que impliquem em despesa fiquem, sempre, intimamente ligados à capacidade do Tesouro Estadual e, obviamente, na mesma Pasta.

Por oportuno, vale lembrar ainda, que a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, em sua competência básica, manterá, entre outras, a coordenação de toda ação de planejamento do Governo, com base no conhecimento sobre a realidade econômica e social do Estado, e nas políticas governamentais, além de definir as prioridades de investimentos.

Em razão da urgência e do relevante interesse público de que é revestida a matéria, solicito seja apreciada durante o atual período de convocação extraordinária dessa Assembléia Legislativa.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Ofício:

OFÍCIO

Sob o nº CTL/SEEG/001/97, do Senhor Governador do Estado, restituindo a esta Casa o Projeto de Lei nº 392/95. **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1828-U

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 13.01.97.

(a) IRONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO Nº 1828-S

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento de Mário Carneiro Próspero, ocorrido no dia 12 próximo passado, em Curitiba - PR.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada à Conselheiro Laurindo, 701 - ap.25, CEP 80060-100, no Município de Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 13.01.97.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1828-T

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos, de voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Prefeito de Palotina, Quinto Delazari, ocorrida no Município de Palotina.

Sala das Sessões, em 13.01.97.

(a) BETO RICHIA

REQUERIMENTO Nº 1828-X

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, apresentar votos de louvor à Senhora Dalva Luiza Oberlaitener da Silva, Presidente da Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Itatiaia, da Cidade de Maringá, pelos relevantes trabalhos desenvolvidos em benefício da comunidade.

Sala das Sessões, em 13.01.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Dalva Luiza Oberlaitener da Silva, nascida em Maringá, residente nesta cidade desde seu nascimento em 1948, mãe de quatro filhos, dona de casa e dirigente da Associação de Bairro.

Dona Dalva, como é conhecida no seu conjunto e na cidade, desenvolve

um papel brilhante na comunidade, a frente da Associação de Moradores, nas suas horas de folga das tarefas domésticas, coleta de papel e ferro velho na cidade e, com o dinheiro realiza festas às crianças carentes. Com a contribuição dos moradores e da Prefeitura, Dona Dalva vem desenvolvendo um grande trabalho na construção do Salão Comunitário da entidade que dirige.

Não fica só em festas para crianças ou obras de construção civil sua contribuição, incansavelmente trabalha pela mobilização popular, buscando a cidadania dos moradores do Conjunto Itatiaia, especialmente as crianças.

Dona Dalva tem um sonho: tornar-se advogada, para isso, aos 42, analfabeta, iniciou os estudos e já conquistou o diploma do 1º grau, mas quer mais, quer o diploma de Direito.

Personagens anônimos da nossa sociedade é que fazem do Brasil um grande País. Pessoas como a Dona Dalva devem receber diariamente homenagens das autoridades, pois com abnegação, através de recursos próprios, fazem o que os governos deixam de fazer.

Solidariedade deveria chamar-se Dona Dalva.

REQUERIMENTO Nº 1828-V

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro nos Anais da presente Sessão, de matéria publicada na Editora Gazeta do Povo, sob o título "O canal de vazão", na coluna do historiador Cid Destefani, na página 6, do dia 12 de janeiro de 1997.

A matéria em questão, documento histórico, coloca com responsabilidade e riqueza de dados, para avaliação pública, que as caras e sem licitação obras de canalização do Rio Ivo, na Vicente Machado, foram desnecessárias e enganosas.

Que o presente seja encaminhado ao historiador Cid Destefani e a direção da Editora Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 13.01.97.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

O então Prefeito Rafael Greca de Macedo, em carro aberto, em dia de festa, inaugura as obras de canalização do Rio Ivo na Vicente Machado, obra que durou aproximadamente um ano, transmitindo com pesada publicidade a certeza de que alagamento era coisa do passado.

Alagamento na Vicente Machado com a Visconde de Nacar, serviria somente para ilustrar a Coluna Nostalgia, de Cid Destefani, no Jornal Gazeta do Povo. Triste ilusão da população que acreditou na propaganda oficial.

Na primeira grande chuva, o prefeito falou que a culpa da enchente era do povo, que jogava lixo nos bueiros. Na segunda, dia 27 de dezembro de 1996, não houve resposta. Na terceira, no dia 09 de janeiro de 1997, a prefeitura, através do Secretário do Meio Ambiente, deposita a culpa no excesso de chuvas, e o Prefeito Cássio Taniguchi fala que para solucionar o problema, o município fará novas obras.

No início da obra de canalização, surgiram denúncias da Câmara Municipal e da comunidade, de que a obra era cara e inútil. Lamentavelmente, com as recentes chuvas, confirma-se que a obra e o regime de urgência, não eram necessários.

É oportuno esta Casa de Leis registrar o importante documento histórico, escrito por quem conhece realmente a geografia e a história da cidade.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 587/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o Programa de Avaliação Seriada - PAS, para ingresso nas Instituições Oficiais de Ensino Superior do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Serão reservadas ao PAS 30% (trinta por cento) das vagas de cada curso mantido por estas instituições.

Art. 2º - Poderão credenciar-se no PAS, mediante convênio, todas as escolas da Rede Oficial de Ensino do Estado do Paraná, que ofereçam ensino de 2º grau.

Art. 3º - A participação dos alunos no PAS é opcional, portanto voluntária, e somente poderá ocorrer via escola credenciada na qual estiverem regularmente matriculados no 2º grau da modalidade de ensino regular de 3 (três) anos completos.

§ 1º - O conjunto de 3 (três) anos consecutivos de escolaridade constitui um subprograma do PAS, designado formalmente pelo ano de entrada.

§ 2º - O aluno deverá inscrever-se quando estiver cursando a 1ª (primeira) série e renovar anual e consecutivamente a inscrição para prosseguimento do subprograma, não

podendo ter reprovações durante o 2º grau e somente transferir-se para outra escola credenciada até a data da renovação da inscrição no subprograma.

§ 3º - Na 3ª (terceira) série, no ato da renovação de sua inscrição no PAS, o aluno fará a opção por um dos cursos mantidos pela respectiva Instituição Oficial de Ensino Superior.

§ 4º - A seleção e classificação dos alunos se dará através de provas, de caráter não eliminatório, que serão aplicadas ao final de cada uma das 3 (três) séries do 2º grau.

§ 5º - Os alunos inscritos num subprograma poderão sempre candidatar-se ao ingresso no Ensino Superior através do concurso vestibular.

Art. 4º - Caberá ao Poder Executivo, através das Secretarias de Estado da Educação e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o acompanhamento contínuo e a avaliação sistemática do PAS.

Parágrafo Único - Com este objetivo será constituída uma comissão integrada por professores do Ensino Superior e do Ensino Médio.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias após sua publicação.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.01.97.

(a) EDUARDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

Este projeto de lei, criando o Programa de Avaliação Seriada - PAS, propõe destinar 30% das vagas de cada curso oferecido pelos estabelecimentos de ensino superior mantidos pelo Governo do Estado para alunos oriundos da Rede Oficial de Ensino.

Buscando uma alternativa ao vestibular, a seleção se dará por processo de avaliação realizado durante o 2º grau, como resultado de um processo que se inicia na 1ª série do 2º grau.

O PAS baseia-se em sistemática semelhante que já vem sendo adotada pela Universidade de Brasília, adequando-se ao momento histórico e de acordo com a meta de se buscar a melhoria qualitativa do ensino de 2º grau.

Ao atual ensino livresco, de "decoreba", alienante e anacrônico - influenciado pela sistemática do vestibular tradicional - procura-se, pelo PAS, uma mudança em conformidade com as necessidades de uma nova sociedade, o que implicará em alterações nos con-

teúdos a serem explorados pelo ensino médio.

Vale dizer que nossa proposta não significa uma ruptura com o que já existe, mas como um processo de transição. A intenção é de que a seleção dos futuros estudantes universitários se faça de modo gradual e sistemático, não como um produto episódico de um único exame - o vestibular - mas como a culminância de um processo que se inicia na 1ª série do 2º grau.

O PAS quer privilegiar, na avaliação da aprendizagem, a reflexão sobre a memorização, a qualidade sobre a quantidade de informações, o ensino sobre o adestramento, o processo sobre o produto.

Para a nossa proposta, que se insere num conjunto de iniciativas nossas referentes ao ensino público de terceiro grau, confiamos poder contar com o inestimável apoio dos nobres pares.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 46 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O Senhor 1º Secretário procederá a leitura do projeto, bem como do parecer da C.C.J...

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Lê)

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 586/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 001/97, que objetiva transferir da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral para a Secretaria de Estado da Fazenda, as atividades pertinentes à elaboração e acompanhamento da execução da Lei de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos Anuais. COM PARECERES DAS COMISSÕES.

PROJETO DE LEI Nº 586/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - As atividades pertinentes à elaboração e acompanhamento da execução da Lei de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e de Investimentos das empresas públicas e

sociedades de economia mista estaduais dos Planos Plurianuais, ficam transferidas da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, para a Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar ou extinguir o Sistema de Planejamento de que tratam os arts. 55 e seguintes da Lei nº 8.485, de 3 de junho de 1987, podendo, inclusive, transferir, no que couber, atribuições dos respectivos Grupos Setoriais a unidades integrantes da estrutura da SEFA.

Parágrafo Único - Fica, ainda, autorizado o Poder Executivo a baixar atos de reformulação das estruturas organizacionais das Secretarias de Estado atingidas pela presente lei, assim como proceder transferência de lotação de seus servidores, cargos, dotações orçamentárias e cargas patrimoniais, além de outros que forem necessários à fiel execução da medida.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.01.97.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 586/96

P A R E C E R:

Relatório

O presente projeto de lei é oriundo da Mensagem Governamental nº 01/97, e tem por objetivo transferir, da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral para a Secretaria de Estado da Fazenda, as atividades pertinentes à elaboração e acompanhamento da execução da Lei de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos Anuais. Solicita, também, autorização do Poder Legislativo para alterar ou extinguir o Sistema de Planejamento e transferir atribuições dos respectivos Grupos Setoriais e unidades integrantes da estrutura da SEFA.

Fundamentação

Esta Comissão de Constituição e Justiça, ao ser chamada a opinar, entende não existir nenhum impedimento de ordem constitucional, legal ou regimental para a tramitação da matéria e que a mesma, se aprovada, irá facilitar o trabalho da elaboração e da execução dos Orçamentos do Estado, pois como bem fundamenta a Mensagem Governamental "da conveniência de que os atos que impliquem em defesa fiquem, sempre, intimamente ligados à

capacidade do Tesouro Estadual e, obviamente, na mesma Pasta".

Conclusão

Assim sendo, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 586/96.

Sala das Comissões, em 13.01.97.

(a) JOEL COIMBRA

Presidente e Relator

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**) -

Senhor Presidente, gostaria de pedir vênia a Vossa Excelência, na hora de votação, de proceder a chamada nominal, por uma razão, Senhor Presidente: essa matéria entrou na C.C.J. hoje, foi aprovada, está entrando em Plenário agora. É uma matéria de relevante importância ao Estado do Paraná.

Então, acho que seria prudente, que nós, no Período Extraordinário, ao recebermos uma matéria, votarmos na C.C.J. e colocarmos na Ordem do Dia no mesmo instante, procedêssemos a chamada nominal, para que os Senhores Parlamentares tivessem a oportunidade de estar aqui em Plenário, na hora da votação.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - O 1º Secretário procederá a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (**Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados**).

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**) - Responderam à chamada 40 Senhores Deputados. Há quórum para a discussão e votação.

O requerimento da Deputada Iron-di Pugliesi, constante do expediente, que solicita a diminuição do interstício para a realização das Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para a aprovação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. Discussão. Votação. **Aprovado**.

Em votação o projeto de lei.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (**Para Encaminhar**) - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Confesso que não esperava deste Governo uma Mensagem tão oportuna como esta. Confesso, porque me parece que há um grande descompasso entre as áreas do planejamento e da área financeira do Governo. E creio que o Governador Jaime Lerner, quando assinou esta Mensagem, feita neste período extraordinário, creio que fez pensando, naturalmente, no interesse público.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, acho que esta Mensagem

está incompleta. Porque, se de um lado o Governo centraliza, na figura do Secretário das Finanças, toda a administração e execução orçamentária e financeira; por outro lado, Senhor Presidente e Senhores Deputados, está incompleta esta Mensagem, Deputado Horácio Rodrigues.

Na medida que o Governador também não mandou a esta Casa a extinção do cargo de Secretário de Planejamento, que eventualmente, é claro, está sendo ocupado pelo Prefeito, o então Prefeito de Curitiba, Rafael Greca de Macedo.

Creio, Senhor Presidente, que o Estado economizará, extinguindo o cargo de Secretário, e fazendo, claro, com que o Governo pudesse recolher ao Departamento Oficial de Transporte, um automóvel Monza, com a chapa de bronze, que o Secretário usa, porque economizariamos dinheiro.

Se por um lado o Governo racionaliza, concentrando e tentando disciplinar, aliás, Deputado Alborghetti, disciplinar alguma coisa que este Secretário do Desenvolvimento Urbano, que acumulou as suas Pastas, depois que o Senhor Cássio Taniguchi saiu da Secretaria do Planejamento, ele não poderia ter emitido mais de 500 milhões de reais de capacidade, para que os outros Secretários de Estado, que representam políticas setoriais do Governador Jaime Lerner, pudessem ficar, na verdade, numa situação absoluta de ridículo perante muitos dos Deputados aqui nesta Casa, que levaram os Senhores Prefeitos, com compromissos que assumiram com as universidades estaduais, que não estão sendo cumpridos por falta de dinheiro e previsão orçamentária que tinha, mas da falta de responsabilidade na hora de se dar capacitação e empenho de verbas que não existiam no Tesouro do Estado do Paraná. Creio que esta medida tem que ser completada.

O Deputado Renato Adur encaminhou uma emenda a esta Mensagem do Governador, extinguindo o cargo de Secretário de Planejamento, porque não tem sentido nenhum, manter um Secretário de Planejamento, não vai ter mais nenhuma função, ou seja, não interessa quem esteja ocupando esse cargo, a caneta do Secretário de Planejamento não tem tinta.

Por isso, vamos economizar dinheiro, extinguindo o cargo, e recolhendo o carro com chapa de bronze do Secretário, ao Departamento Oficial de Transportes do Estado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto.

Os Senhores Deputados que aprovam o projeto, conservem-se como estão.

Aprovado, por unanimidade.

Sobre a mesa, requerimento nº 1828-S, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1828-T, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1828-V, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 1828-X, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio

Romanelli, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declarar encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término desta, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 586/96.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA, CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, EM SESSÃO DO DIA 13 DE JANEIRO DE 1997.

"O Canal de Vazão"

Em 1969 o centro de Curitiba era um pandemônio, resultado de uma obra que estava sendo realizada na Praça Osório, nas ruas Pedro Ivo e Voluntários da Pátria. Este trabalho estava sendo executado na gestão do prefeito Omar Sabbag e financiado pelo já extinto Departamento Nacional de Obras e Saneamento. Estava sendo construído o canal extravasor para conter as enchentes catastróficas do Rio do Ivo.

Esta obra deu muito "pano pra manga". Em dezembro de 1969 aguardavam, os comerciantes da Rua Pedro Ivo, o término das obras do canal que passa por aquela rua para que seja logo aberta ao tráfego. São 900 metros de rebulição da Rua Barão do Rio Branco até a Praça Osório. Da Barão até a Rua João Negrão o trabalho deveria estar concluído até o dia 31 de dezembro de 1969.

Entrou o ano de 1970 e os trabalhos continuavam lentamente. Em fevereiro daquele ano as linhas de ônibus da Pedro Ivo e da Barão são interrompidas. Em 1971 assume a prefeitura o jovem arquiteto Jaime Lerner. Em junho de 1971 o canal de vazão ainda está aberto entre a Rua Barão e a Praça Carlos Gomes, na Pedro Ivo, a grita do comércio é grande visto os prejuízos que estavam sofrendo. Na Praça Osório os trabalhos de concretagem tiveram que ser refeitos.

Em julho de 1971 os comerciantes da Voluntários da Pátria fizeram um abaixo-assinado pedindo a Jaime Lerner isenção dos impostos, pois as obras iniciadas há um ano e nove meses estavam paralisadas. As vendas caíram 80% e alguns comerciantes já tinham falido. Este abaixo-assinado seguiu-se de outro feito pelos moradores e comerciantes da Pedro Ivo que classificavam a demora como uma vergonha.

Os tópicos acima estão publicados para dar uma idéia ao leitor do que foi feito na época, há 25 anos passados, para se acabar com as enchentes no centro de Curitiba. A

seguir passamos a relatar o que testei pessoalmente ao vivo naquele ano de 1971: A empreiteira comandada por Nelson Logulo, que estava encarregada de parte da obra resolveu promover uma churrascada do prefeito Lerner e sua equipe, em nome dos comerciantes da Voluntários da Pátria. O local escolhido foi a própria vala aberta na rua em apreço. Foi contratado o pessoal da Churrascaria Cruzeiro, que ficava na Avenida do Batel, e, sob o comando de Alberto Kundi, foram assados em grelhas improvisadas, carne suficiente para mais de 150 pessoas, entre pessoal da prefeitura, comerciantes da rua e pessoal da empreiteira.

O local escolhido não poderia ter sido pior. Além do odor da carne assada despertar o apetite dos que não foram convidados, havia outro cheiro, este segundo, exalado, pelas águas podres do Ivo, que já então passavam pelo canal de vazão bem nos pés dos

comensais. Lembrava Alberto Kundi, já falecido, que na época havia sido lançado um produto em spray chamado bom ar e que, para combater o terrível fedor, usou duas caixas do produto para espargir no ambiente. O pior de tudo no entretanto foi o que aconteceu depois, a dita churrascada realizada no buraco da Rua Voluntários da Pátria não foi paga. A Churrascaria Cruzeiro levou uma pendura que está pendente até hoje.

Depois de quase dois anos a situação caótica acabou, as ruas Pedro Ivo e Voluntários da Pátria foram entregues ao tráfego no dia 14 de agosto de 1971. Foi uma obra demorada, que proporcionou grandes prejuízos aos comerciantes, mas que, por mais de vinte anos, livrou o centro de Curitiba das calamitosas enchentes. Agora se pergunta: Por que as enchentes voltaram tão violentas quanto o eram antigamente? A resposta é simples. Porque o canal de vazão do Rio do Ivo foi estrangula-

do. Jogaram-se as águas do rio novamente no canal de vazão na Praça Carlos Gomes. Esta obra foi iniciada em 1992 por Lerner e entregue pelo seu sucessor Rafael Greca, em cuja gestão já em 1993 se fizeram sentir as duas primeiras grandes enchentes depois de estarem praticamente desaparecidas durante vinte anos.

As obras da Vicente Machado, então mandadas realizar a toque de caixa e sem licitação seriam inúteis para as grandes chuvas de verão; o refluxo das águas do rio que se encontra com a do canal de vazão cria uma "pororoca" subterrânea que vem explodir e regurgitar as águas estancadas a montante daquele encontro forçado, razão pela qual vemos as águas rebentarem pelos bueiros que se estivessem entupidos não permitiriam esta refluxência. Quanto mais bueiros forem abertos mais pontos terá o manancial para derramar sobre a superfície das ruas haja vista que a saturação dos canais, tanto do rio, como o extravasor, não comportam as águas dos bueiros já existentes então o que se dizer de mais alguns que sejam abertos.

Hoje extrapolamos a função da Nostalgia, que normalmente apresenta os fatos ocorridos no passado com toques de romantismo saudosos. Mostramos uma verdade histórica sobre a nossa geografia hídrica subterrânea e o mistério que cercava as caóticas enchentes do centro está agora desnudado para que o curitibano saiba a causa dos alagamentos das ruas ocorridos nestes últimos quarenta anos e, também, para as próximas enchentes que virão até o final de fevereiro e início de março.

A ilustração de hoje nos mostra a "famosa" churrascada feita dentro da vala do canal de vazão na Rua Voluntários da Pátria, realizada no primeiro semestre de 1971. Jaime Lerner é o único que aparece de terno e gravata na cabeceira da mesa improvisada.